

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DOS CONSELHEIROS DO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL (CACCS) DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (FUNDEB).

Aos vinte e dois dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três, às quatorze horas, de maneira virtual, através da Plataforma Google Meet, aconteceu a reunião ordinária do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACCS – FUNDEB) – Itabirito. De acordo com a convocação e pauta enviada anteriormente, estariam presentes nessa reunião as servidoras Denise Aguiar responsável na Secretaria Municipal de Educação pela parte de orçamentos e Letícia Andrade responsável pelo transporte escolar. Estiverem presentes os seguintes conselheiros: Fabiano Teixeira Garcia, Edna Aparecida Ribeiro, Maria das Graças Teixeira Figueiredo, Josélio Ferreira de Oliveira, Alaete Júnior de Castro, Bárbara Cristina Martins Barbosa, Alberta Aparecida Martins Bueno, Maria Salete Vasconcelos, Anésia da Conceição Carvalho Pedrosa, Lidiane Rocha de Souza, Lucyléa Maria Carraro, Nilce das Dores de Aguiar Moura e Tânia Aparecida Arcanjo. O presidente do CACCS – FUNDEB Fabiano Garcia, iniciou a reunião desejando boas-vindas a todos os conselheiros pedindo permissão para gravação da reunião com objetivo único de elaborar de maneira fidedigna a ata dessa reunião e que após essa elaboração a gravação seria deletada. Não houve objeção em relação à gravação. Dando sequência o presidente Fabiano Garcia lembrou que de acordo com a pauta enviada antecipadamente para todos, teria a presença nessa reunião das servidoras Denise Aguiar e Letícia Andrade, como citada anteriormente. Foi passada a palavra para Denise Aguiar que iniciou sua fala se apresentando e falando sua função e suas responsabilidades, entre elas, a atualização do Sistema de Informação de Orçamento Público, cuja aprovação desse Conselho é necessária para chegar até o FNDE como informação para programação de políticas públicas. Denise lembrou que encaminhou para o presidente desse conselho as planilhas orçamentárias, as quais foram repassadas e publicadas para acesso de todos os conselheiros. Denise informou que a verba do FUNDEB em nosso município é usada para folha de pagamento e obrigações patronais. Afirmou que apresentaria para o Conselho a prestação organizada em bimestres, pois o Sistema de Informação de Orçamento Público (SIOP) é bimestral. Afirmou que estariam atrasado no lançamento por problemas no sistema e que o envio dos dois primeiros bimestres está sendo enviado junto do terceiro bimestre. Denise afirmou que as reuniões realizadas com esse Conselho para acompanhamento do FUNDEB deverão ser realizadas entre os dias 20 e 30 de cada mês, pois assim, nesse período ela retira do sistema da contabilidade da prefeitura informações mais precisas. De acordo com a Denise, a não aprovação dessas contas no sistema pelo presidente, com o aval do desse Conselho, pode causar muitos problemas para administração pública, inclusive bloqueio de verbas. Denise fez a apresentação das planilhas explicando as despesas empenhadas, liquidadas pagas dos três primeiros bimestres de 2023. Após a apresentação e explicação da servidora Denise, ela se disponibilizou a esclarecer quaisquer

dúvidas naquele momento ou em outro na Secretaria Municipal de Educação. Não havendo nenhuma dúvida ou observação sobre a prestação de contas apresentada pela Denise, o presidente agradeceu a presença e a disposição dele, deixando-a à vontade caso quisesse sair da reunião. Dando sequência, o presidente Fabiano passou a palavra para Letícia, após ressaltar a importância da presença e explanação dela para que conheçamos e entendamos os processos e utilização da verba do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE). Letícia começou confirmando o repasse das verbas do PNATE e que a mesma pode ser utilizada tanto com as empresas terceirizadas provenientes de processo licitatórios e que tem contrato com o transporte escolar quanto com a manutenção e abastecimento da frota própria. Letícia firmou que o transporte escolar na cidade de Itabirito difere de alguns outros municípios por oferecer transporte para além da zona rural, uma vez que as verbas do PNATE devem ser usadas apenas para rotas rurais. Afirmou que Itabirito conta hoje com 100 veículos atendendo a zona rural e urbana para o transporte escolar municipal. De acordo com a Letícia o valor do PNATE é depositado de tempos em tempos, às vezes valores muito pequenos, sendo necessário aguardar um período para que haja um montante considerável para utilizar nas despesas já referidas, então essa verba geralmente é gasta geralmente nos últimos meses do ano. Letícia informou que a previsão orçamentária do PNATE para o ano de 2023 é de R\$155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais), ressaltado que esse não inclui reprogramações do ano anterior e não é garantia que esse valor será alcançado com os depósitos realizados. Ao final esse montante é utilizado para pagar uma rota 100% rural. Afirmou que apesar de ter um valor em conta, nesse ano de 2023 não foi utilizado nenhuma verba do PNATE ainda, por não atingir um valor que seja suficiente para pagar uma rota. Disponibilizou, para consulta, toda documentação das rotas. Letícia afirmou que, desde 2018, existe uma equipe de fiscalização que responde pela execução do serviço de transporte escolar que faz uma fiscalização diária nos veículos. Essa equipe fiscaliza se as empresas estão respeitando as cláusulas contratuais, se as rotas estão executando aquilo que é proposto e questões relacionadas ao veículo (cinto de segurança, pneu e limpeza). Essa fiscalização é feita mensalmente, porém diariamente esses fiscais estão nas rotas do município. Como são muitas rotas é feito um rodízio para essa fiscalização. Além disso, há uma vistoria semestral na parte mecânica e contratual dos veículos, que após realizada, é identificada com um selo, que autoriza sua circulação. De acordo com Letícia, aproveitando o recesso de julho, todos os carros foram inspecionados nesse mês. Afirmou ainda que esse Conselho pode solicitar ao setor de transporte toda documentação, como, relatório semanal de fiscalização e relatórios fiscais. Essa equipe é formada por fiscais de contrato que são nomeados para essa responsabilidade e respondem para tal. Todo fechamento mensal é baseado nos relatórios dessa equipe de fiscalização. Como não foi usado nada dessa verba ainda (PNATE) esse ano, não existe nenhuma nota, relatório fiscal ainda ou ordem de serviço para essa verba. Após essas explanações e explicações da Letícia, foi aberta a palavra para esclarecimento de possíveis dúvidas dos conselheiros. O presidente Fabiano iniciou ressaltando a necessidade, para

gastos maiores, de deixar acumular um montante significativo de valor e perguntou se quando esse valor for gasto, o relatório da utilização dessa verba é feito separadamente. Letícia afirmou que sim, que é feito relatório de medição, relatório fiscal, nota fiscal, ordem de fornecimento (OF). Ela afirmou que pode emitir um relatório específico da verba do PNATE. Como segunda pergunta, Fabiano pediu explicação para Letícia, sobre o que seria o termo “rota” utilizado por eles no transporte escolar. Letícia afirmou que a rota compreende a execução do serviço de um veículo em vários horários, podendo o mesmo veículo ter rodas diferentes ao longo do dia. A rota recebe um nome, mas pode ter vários itinerários durante o dia. Letícia afirmou que existem rotas 100% rurais e são para essas rotas o direcionamento das verbas o PNATE, cabendo ao setor de transporte escolar a comprovação da exclusividade rural da rota em que a verba foi empregada. A comprovação é feita pelo descritivo da rota estipulados no processo licitatório, as especificações do contrato e a lista de alunos que utilizam o veículo. Sobre os pontos e itens do questionário que o conselho terá que responder na prestação de contas sobre o PNATE, o presidente perguntou se esses tópicos podem ser respondidos sob a responsabilidade de equipe de fiscalização através da emissão de relatórios. Letícia afirmou que sim. Tópicos como manutenção, rotas, utilização e controle de usuários, são fiscalizados por essa equipe de fiscais do contrato e pela gestora do contrato, que é a própria Letícia. De acordo com Letícia esses relatórios estão à disposição para consulta dos conselheiros. Após essa explicação, o presidente Fabiano deixou aberto para outras dúvidas ou observações. A conselheira Salete manifestou-se afirmando que por estar nesse Conselho pela primeira vez, são situações novas, mesmo ela estando familiarizada e entender sobre rotas, algumas outras funções e detalhes são novos e que aos poucos vamos nos adaptando a elas e com a explicação dada pelas convidadas da reunião de hoje, foram basicamente suficientes para iniciar e desempenhar nosso trabalho e que no decorrer deste poderão surgir novas dúvidas e que podem ser esclarecidas durante o processo. O presidente Fabiano ratificou a fala da conselheira Salete, em que ressaltou que nós, conselheiros, somos novos nesse Conselho e que precisamos de momentos e pessoas para esclarecer todo processo de utilização de verbas, para que a fiscalização seja feita de maneira coerente e correta, com informações precisas e confiáveis. Letícia afirmou que esse ano de 2023, o transporte escolar já está funcionando na Secretaria de Educação, mas em relação a orçamento esse setor ainda está ligado à Secretaria de Transporte. De acordo com a Letícia, A secretaria de Educação é responsável pela gerência da verba do PNATE, tendo que informar ao setor do transporte escolar a disponibilidade e valor de verbas a serem utilizadas. Afirma ainda que o ideal é utilizar todo valor no ano corrente para que não haja necessidade de reprogramação, pois esse procedimento acaba causando uma perda desse valor repassado. Letícia afirmou que, agora, com a reforma administrativa, o setor de transporte escolar passa a ser de responsabilidade da Secretaria de Educação, que facilitaria a comunicação e a otimização na utilização dessa verba, sem transferência de valores entre secretarias. Letícia finalizou sua fala ressaltando a importância desse Conselho para a fiscalização e se disponibilizou para ajudar os conselheiros no que se fizer

necessário, inclusive nas adequações e disponibilização de relatório de fiscalização. Na sequência, o presidente Fabiano deixou a palavra livre para alguma manifestação. Não havendo nada nenhuma manifestação, o presidente encerrou a reunião agradecendo a presença de todos.

Fabiano Teixeira Garcia
Presidente CACS-FUNDEB

Lucyléa Maria Carraro
Representante de organização da sociedade
civil

Alaete Júnior de Castro
Representante do Conselho Municipal de
Educação

Maria das Graças Teixeira Figueiredo
Representante da Secretaria Municipal de
Educação

Alberta Aparecida Martins Bueno
Representante dos professores da Educação
Básica

Maria Salete Vasconcelos
Representante dos diretores das escolas
básicas públicas

Anésia da Conceição Carvalho Pedrosa
Representante da Secretaria Municipal de
Educação

Nilce das Dores de Aguiar Moura
Representante dos diretores das escolas
básicas públicas

Bárbara Cristina Martins Barbosa
Representante dos pais de alunos das escolas
básicas públicas

Lidiane Rocha de Souza
Representante dos servidores técnico-
administrativos das escolas públicas

Edna Aparecida Ribeiro
Representante de organização da sociedade
civil

Tânia Aparecida Arcanjo
Representante do Conselho Tutelar.

Josélio Ferreira de Oliveira
Representante da Secretaria Municipal de
Educação